

Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão

*Patrícia Zingoni**

Resumo Abstract

Este estudo analisa as relações políticas que se estabelecem entre a sociedade civil e o Estado no mundo e no Brasil, desde os anos 60, com os movimentos sociais, até hoje, com o surgimento do Terceiro Setor e suas implicações no campo das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Destaca-se que o grande desafio dessa articulação é a co-gestão entre sociedade e Estado para concretizar políticas conscientizadoras, autônomas e solidárias que coloquem o cidadão no centro e na razão das suas atividades.

This study analyses the political relations between the civil society and the state, in the world and in Brazil, since the 60's and its social changes up to the present time with the appearance of the Third Sector and its implications for the field of public policies for sports and leisure. The study stresses that the biggest challenge involved in these relations is the practice of share-management between the civil society and the state so as to establish self-supported, jointly responsible and conciousness raising policies which set the citizen at the center of its activities.

* Licenciada em Educação Física pela UFMG e em Psicologia pela PUC Minas. Pós-graduada – lato-sensu em Técnicas de Elaboração de Projetos Sociais pela PUC Minas. Assessora da Secretaria Municipal de Esportes da PBH. Coordenadora do Programa de Centros de Referência Regionalizados de Esporte e Lazer da SMES/PBH.

Introdução

Com o objetivo de analisar as relações políticas que se estabelecem entre a sociedade civil e o Estado e suas implicações no campo das políticas públicas de esporte e lazer, volto meu olhar, inicialmente, para o contexto mais amplo dessa problemática.

As nações do mundo estão passando por problemas sociais que seus cidadãos e seus governos estão procurando resolver. A solução desses problemas envolve mudanças diversas, como a alteração da forma de viver das pessoas e dos grupos pela transformação de práticas negativas ou prejudiciais em práticas saudáveis, pelas mudanças de valores e atitudes na comunidade e em sociedades inteiras e pela criação de novas tecnologias sociais que suscitem as mudanças desejadas e elevem a qualidade de vida das pessoas.

Praticamente, todas as sociedades desses últimos anos do século XX aceleram e intensificam mudanças sociais. Sistemas políticos totalitários estão sofrendo mudanças maciças, às vezes, na direção da democratização. Nos países do Terceiro Mundo, idéias e práticas novas, estimuladas pelas comunicações em escala mundial, estão tentando subverter a ordem

social vigente. Há uma revolução de “crescentes expectativas”. Mais pessoas em mais sociedades estão ansiosas por mudança social – por mudança em sua maneira de viver, em suas economias e sistemas sociais, em seus estilos de vida e em suas crenças e valores.¹

No passado, as mudanças maciças eram levadas a cabo pela força e pela violência, com guerras e revoluções. A partir dos anos 60 os movimentos sociais tiveram expressividade no cenário político e no processo de democratização da sociedade brasileira. Na conjuntura da crise do autoritarismo e da transição para a democracia, o papel das práticas coletivas estava fortemente condicionado à experiência de resistência aos regimes autoritários e à emergência e recriação das lutas pela cidadania. Apesar das dificuldades de articulação, em virtude da situação política e do nível de repressão, surgem diferentes formas de organização popular que resultam da capacidade, principalmente, da população proletária ou proletarizada de explicitar publicamente as suas demandas em prol de melhores condições de vida e acesso a direitos sociais básicos.²

Por outro lado, para Pedro Jacobi *a participação popular passa a ser valorizada como um fim em si mes-*

mo, expressando a emergência de atores políticos novos, mas que pouca influência exerceram e vem exercendo na mudança efetiva dos objetivos da política governamental.³

Na atualidade, começa-se a ser favorável às mudanças planejadas, voluntárias e sem violência. Muitas sociedades modernas são acionadas por uma crença na democracia, na racionalidade e no progresso. A idéia dominante é a de que a vida social e a individual podem ser melhoradas pela ação planejada – pelas pessoas, por grupos de pessoas trabalhando juntas voluntariamente, pelo governo ou por uma combinação de ação dos cidadãos e do governo.

É nesse quadro que se insere o Terceiro Setor,⁴ um novo espaço e canal de interlocução entre o governo e a sociedade civil. Estamos vendo o surgimento de uma esfera pública não estatal e de iniciativas privadas com sentido público. Isso enriquece e complexifica a dinâmica social.

O Terceiro Setor, por sua vez, é um campo marcado por uma irreduzível diversidade de atores e formas de organização. Inclui o amplo espectro das instituições filantrópicas dedicadas à prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e bem-estar social. Compreende também as organizações voltadas para a defesa dos direitos de gru-

pos específicos da população, como as mulheres, negros e povos indígenas, ou de proteção ao meio ambiente, promoção do esporte, da cultura e do lazer. Engloba as múltiplas experiências de trabalho voluntário pela quais cidadãos exprimem sua solidariedade através da doação de tempo, trabalho e talento para causas sociais.⁵

O fato é que vivemos uma situação muito especial da história da humanidade. Momentos de grandes contradições, envolvendo os dois setores tradicionais da organização social: o público e o privado. Vivemos um momento de normalidade democrática, dentro do que se chama de democracia representativa. Momento em que os direitos dos cidadãos estão cada vez mais claros em nossos documentos legais, porém, a realidade nos coloca, de maneira afrontosa, assistindo o desrespeito a esses direitos: a violência, a impunidade, a ausência de elementos básicos da dignidade humana, como saúde, habitação, escola e lazer. O Estado encontra-se em sérias dificuldades para cumprir com os deveres constitucionais. É evidente que nenhuma sociedade pode sobreviver diante de um quadro em que o Estado se encontra fragilizado em sua ação e onde o mercado vive de um capitalismo selvagem. Por isso mesmo, temos de valorizar as noções de interlocução e parceria. Temos de aprender – go-

verno e sociedade – a pensar e a agir juntos, a identificar o que cada um faz de melhor, sem que isso implique confusões de papéis ou abdicação de autonomia e de responsabilidade inerentes a cada parceiro.

Isso, no entanto, não é suficiente em nosso país, onde as políticas sociais são inoperantes e, na maioria das vezes, precárias. É necessário também perseguir a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Poder Público; avançar no sentido de superar as gestões burocráticas fundadas em hierarquias rígidas e centralizadoras, para gestões em redes, buscando a visão sistêmica da organização (coerência teórica e prática, discurso e ação).

A grande contribuição nesse sentido, dada pelo Terceiro Setor, é a busca e a experimentação de soluções inovadoras para os problemas que ele se propõe enfrentar. É essa construção de novas formas de agir na área social que distingue a atuação do Terceiro Setor da ação governamental. Organizações da sociedade civil ganharam uma competência no modo de se relacionar com e intervir junto a grupos sociais específicos, como, por exemplo, crianças em situações de risco. É essa eficácia que o governo precisa aprender, investindo na qualificação de suas

ações. Um outro desafio para o governo consiste em se perguntar como contribuir para uma ainda maior qualidade e eficiência do trabalho que vem sendo realizado pelas atividades do Terceiro Setor. Daí a importância dessa interação entre atores diferentes.

Mas, nas áreas das políticas públicas de esporte e lazer, como os fatos estão se construindo?

Políticas públicas de esporte e lazer: o passado mais presente do que nunca

No que se refere às políticas de esporte e lazer, muito pouco se faz no sentido de buscar essa interação entre parceiros diversos, mesmo porque, só nas últimas décadas, o esporte e lazer ganham maior importância como objetos de reivindicações populares, como questão de cidadania, de participação democrática e um dos meios de superação dos problemas sociais.

As políticas de esporte e lazer em nosso meio, muitas vezes, ainda são traduzidas como políticas de atividades, de doação de material esportivo ou de cessão de equipamentos específicos, sem, contudo, haver a preo-

cupação com a participação humana, que é a vida desses equipamentos. Aliado a isso, ainda encontramos nas Secretarias de Esportes a “cultura” dos eventos e da prática, a oferta de eventos passageiros, elitistas, discriminatórios e onerosos, sem reflexos sociais contínuos e que reforçam as desigualdades sociais; a valorização do esporte de rendimento; a banalização do lazer; a política clientelista e de privilégios. Os equipamentos e serviços públicos de esporte e lazer priorizam as escolinhas de esporte para uma determinada faixa etária. As programações e horários, muitas vezes, são definidos em função da disponibilidade do técnico sem considerar-se o público alvo. As vagas são limitadas, e grande maioria das pessoas fica de fora. Nos reduzidos locais públicos de lazer existentes quando abrem nos finais de semanas observa-se uma frequência predominante do público masculino e adulto e dos “donos do pedaço”. Os projetos e eventos são elaborados e decididos nos gabinetes. Os servidores apenas executam. São meros tarefeiros rotinizando a inteligência que se compartimenta dentro da instituição, ou seja, o *agir* aprisionado e o *pensar* desvencilhado. Os projetos de lazer restringem-se às Ruas de Lazer como oferta de atividades recreativas que divertem e re-

laxam, planejadas e controladas por monitores designados pelos promotores do evento, sem o envolvimento da comunidade na organização do evento e sem a preocupação com a sua continuidade. O não entendimento sobre o trabalho multidisciplinar e de educação popular cria, por parte dos professores de Educação Física, resistência à adesão de profissionais de outras áreas do conhecimento em programas de esporte e lazer e uma rejeição à participação de voluntários. A constante utilização do esporte como estratégia de propaganda de governo explica a frequência com que atletas bem-sucedidos desenvolvem carreiras políticas e por que os cargos de assessorias geralmente não são ocupados por técnicos. E a “dona burocracia” dos serviços públicos age como pretexto para justificar a morosidade dos processos. A idéia tradicional de organização é fundada em hierarquias rígidas e centralizadoras. Por fim, a falta de definição e clareza dos princípios político-pedagógicos que norteiam as ações de esporte e lazer são alguns fatos ilustrativos da vulnerabilidade do setor esportivo no interior do Estado capitalista democrático. *Tais constatações evidenciam também a ausência de mecanismo de controle capaz de alterar tais padrões de administração.*⁶

Essa problemática se agrava à medida que grande parte da população dos grandes centros urbanos convive com inúmeros problemas sociais e econômicos que ampliam suas reivindicações, dificultando, ainda mais, o atendimento adequado à população pela administração municipal. E, apesar das várias iniciativas governamentais, ainda é reduzida a parcela da população atendida em suas demandas.⁷

Queremos futebol para mulher, jogo de camisa para o time que se forma, precisamos de exercício para saúde, de monitores para as creches, para as 50 escolas especiais, para os 300 campos de futebol que ficam ociosos durante a semana. Aproveitando a oportunidade, os campos precisam de reforma. Faltam torneios na cidade, as crianças precisam sair da rua, esse problema é emergente e a solução é para ontem. E como fica o boxe, o xadrez e a esgrima? Queremos mais quadras, praças e piscinas públicas. É possível uma bola, mesmo que velha? Não podemos nos esquecer dos idosos e dos portadores de deficiências. As federações e os clubes também têm direito etc, etc, etc.

É nesse quadro de exemplos breves que vão se configurando as intermináveis demandas das grandes cidades, explicitando cotidianamente a indispensável necessidade de re-

versão de esquemas paternalistas, que reduzem o envolvimento das comunidades, dificultando a criação de massa crítica para entender a dimensão da importância do esporte e lazer para a transformação pessoal e social do cidadão.

E quanto mais compreendemos esse processo, mais sentimos que precisamos ser firmes no ideal de vida que sonhamos para o nosso povo, pois há motivos de sobra para que abandonemos esse barco. Em geral, o que mais encontramos à nossa volta são pessoas céticas em relação às mudanças para melhores condições de nossa vida pessoal, profissional e social. Do ponto de vista político, muitas das ações desenvolvidas em nossa sociedade são arbitrarias. As pessoas, de um modo geral, são incapazes de perceber isso e de querer mudar essa situação. Por outro lado, várias das propostas que se articulam aos desejos de mudança que emanam da população, no fundo, buscam mesmo é a manobra e o controle da prática social. Ações políticas socioeducativas democráticas esbarram, ainda, no impasse da valorização que o senso comum dá apenas às ações com resultados imediatistas e massificadores. A descrença no poder multiplicador das propostas socioeducativas faz que muitos as considerem abstratas e inviáveis para

metrópoles com grande massa de população urbana. Além disso, o mergulho na realidade nos faz, cada vez mais, conscientes dos inúmeros e complexos problemas sociais, políticos, religiosos, educacionais, econômicos, dentre outros, que interferem direta ou indiretamente no desenvolvimento de nossas ações políticas.⁸

Uma política de esporte e lazer que os considera como fenômenos culturais que pretendem atuar a longo prazo, agindo como meio de democratização cultural e promoção social com vistas à construção de uma sociedade justa e democrática – como recomenda a Constituição Brasileira de 1988, no seu art. 217, § 3º, inciso 4 – que precisa redefinir suas prioridades em defesa da cidadania e da melhoria da qualidade de vida da população em geral.⁹

O presente não pode repetir o ontem

Paradoxalmente, o dia-a-dia das políticas públicas em nosso meio, apesar de ainda, na maioria das vezes, estar assentado em experiências tradicionais, revela, também, propostas que sinalizam mudanças.

A Secretaria Municipal de Esportes da Prefeitura de Belo Horizonte – SMES-PBH –, buscando reverter o

sentido tradicional de políticas de esporte e lazer, vem realizando ações político-pedagógicas que objetivam reflexos sociais mais amplos e contínuos. Tais ações consideram o esporte e o lazer como meio e fim educacionais importantes na educação dos sujeitos para a consciência da cidadania e da qualidade de vida.

Desde 1993, a administração municipal de Belo Horizonte assumiu as características de um governo popular comprometido com os segmentos mais desfavorecidos da nossa população.¹⁰

Como reflexo dessas diretrizes, o Programa Recrear, da SMES-PBH, passou a desenvolver, a partir de 1995, a formação em serviço de técnicos em seu quadro, através da realização e avaliações constantes de seminários, estudos em grupo, produção de textos escritos e vídeos construídos com base em ações comunitárias participativas que buscaram formar lideranças mobilizadoras de práticas autônomas de lazer, proposta reconhecida na cidade e no País.

Hoje, o atual governo que fundamenta as ações da SMES-PBH, baseado nos princípios de continuidade e melhoria, busca a extensão e o aprimoramento dessas experiências, para atender sujeitos e grupos comunitários em ações específicas de

esporte e lazer, visando os reflexos mais amplos dessa política.

Passados dois anos de experiências, com permanentes reuniões de avaliação e reestruturação dos projetos em execução, percebemos a necessidade de se unificarem as várias ações da Secretaria em um programa único que seja capaz de aglutinar recursos e esforços de maneira coordenada e eficiente. Do somatório desses projetos relativos ao atendimento da população mais desfavorecida de Belo Horizonte, surge a proposta de *Centros de Referência Regionalizados de Esporte e Lazer – CRR/EL* –, que se vem tornando instrumento maior de execução das Políticas de Esporte e Lazer comunitários do atual governo municipal.¹¹

Ao eleger o Programa CRR/EL como ponto estratégico do planejamento de suas ações, a SMES-PBH, por meio do seu Serviço de Atividades Comunitárias, propõe uma nova relação entre cidadão e governo, no que diz respeito à gestão de seus programas de esporte e lazer. Com isso, procura superar os sentidos de políticas públicas assistencialistas e paternalistas, que ainda persistem em nosso meio, e desenvolver ações mais coerentes com o discurso democrático que abraça, voltando suas pro-

postas políticas para ações *socioeducativas-participativas populares*.

Esse investimento é por nós entendido como esforço de mobilização, organização e capacitação da classe popular com vistas a contribuir no processo de consolidação da autonomia dos cidadãos na prática do esporte e lazer. A consideração da interface entre a prática educativa e a prática política na presente proposta leva em conta que entendemos somente serem possíveis transformações na sociedade se se operarem, passo a passo com propostas educativas populares.

Nos dizeres de Paulo Freire,

*programa de ação popular [...] é uma forma de conhecimento pela via do corpo. E o intelectual pode se enriquecer ao aprender com essa forma de conhecimento. Vê a intimidade que existe entre (por exemplo) um favelado e os limites de sua alegria. E essas pessoas vão transando com os limites de sua existência e vão aprendendo e vão resistindo e vão realizando um saber corporal. É a água que não chega na casa, é o quarto que tá faltando um pedaço, é o corpo que aprende em suas faltas. Eis aí uma forma de conhecimento direto.*¹²

O desafio da intervenção social, para gerar mudanças com o objetivo de considerar as práticas do esporte e lazer no conjunto de condições

básicas para melhoria da qualidade de vida, requer, em primeiro lugar, que clareemos a nossa concepção sobre esporte e lazer.

Modernamente, o esporte, no sentido restrito, articula significados do jogo competitivo pautado pela obediência a regras e a normas racionalizadas que precisam e demarcam seus limites e sentidos. Ele também estabelece as formas de competições que codificam e universalizam, o tipo de seleção dos jogadores, a natureza de sua especialização, o rendimento que se espera de suas intervenções em jogo e o tipo de concorrência específico a cada modalidade.

Uma vez que entendemos que na prática esportiva se formam identidades sociais que se reúnem em grupos e categorias de pessoas simbolizadas pelos jogadores ou por seus times, ampliando as oportunidades de expressão de diferenças sociais e culturais, além de diferenças em relação ao conhecimento que uns têm dos outros e da própria prática que se faz, no programa CRR/EL entendemos como mais adequada a concepção de esporte no seu sentido amplo.

Nesse sentido, o esporte representa espaço simbólico de natureza competitiva que coordena movimentos e vontades individuais e coletivas, experiências de habilidades e destre-

zas diversas ligadas à cultura corporal de movimentos que alimenta tais experiências. Prática cultural que requer conhecimentos técnicos específicos que revelam os desafios impostos ao corpo pelas diferentes modalidades esportivas; desafios que mobilizam esforços, tomadas de decisões rápidas, coragem no enfrentamento de riscos e exposição das incertezas dos resultados, e que ensinam sobre a construção de regras, sobre os significados dos conteúdos culturais vividos e dos sentimentos de vencer e perder.

Por sua vez, lazer tem para nós o sentido da vivência privilegiada do lúdico que materializa a experiência sociocultural movida pelos desejos de quem joga e é coroada pelo prazer. Prazer que se funda no exercício da liberdade e, por isso, representa conquista de quem pôde sonhar, sentir, decidir, arquitetar, aventurar e agir, esforçando por superar os desafios da brincadeira, consumindo o processo do brinquedo, recriando o tempo, o lugar e os objetos em jogo e usufruindo do seu processo/produto que, em sua exuberância, é uma festa.¹³

Ao lidarmos com a inter-relação entre esporte e lazer, os consideramos como espaços privilegiados de ação educativa lúdica, solidária e ousada, por serem parte das bases de renovação cultural que educa para riscos maiores, ampliando a visão de

mundo dos participantes, dando-lhes oportunidades de concretizar desejos fundados no jogo da realidade e de aventurarem-se pela complexidade social e diversidade de valores, experiências e identidades culturais.

Isso requer que elevemos o nível da participação cultural de formas conformistas a patamares mais críticos e criativos, considerando os sujeitos historicamente situados e cultivando o jogo ético que a experiência lúdica inspira, jogo que fala da cumplicidade com o outro com o qual cada jogador, cada jogada e o contexto do jogo são constituídos. Essa experiência cultiva, também, do ponto de vista estético, a beleza dos movimentos conjuntos e habilidades que se articulam criativamente em cada gesto que se faz.

A concretização de projeto dessa natureza nos leva, em primeiro lugar, a atentarmos para indicativos e mecanismos político-sociais presentes na sociedade que possam não só sustentar essas propostas, como dificultá-las, influenciando-as de modo inverso.

Em segundo lugar, o desafio da intervenção social para gerar mudanças com o objetivo de buscar melhoria da vida por meio também das práticas do esporte e lazer requer nosso empenho na reestruturação do modo de organização e no gerenciamento

do nosso trabalho no setor público, investindo na sua desburocratização e na realização de intervenções mais ágeis, cooperativas, criativas, democráticas e descentralizadas, desenvolvendo programas que têm em vista reflexos socioculturais mais amplos e contínuos, diretamente articulados com as demandas dos cidadãos e dos grupos comunitários.

Esse desafio leva-nos, ainda, a considerar que os servidores públicos municipais são educadores e profissionais com atuação específica na construção dos projetos sociais em nosso meio.

A implantação do Programa CRR/EL impôs, como prioridade básica, a qualificação continuada e em serviço, dos técnicos da SMES-PBH, buscando melhorias na sua capacitação para atuar em consonância com as demandas internas e externas dessa Secretaria, aliando processos de construção de competências pessoal e profissional específicas, com qualidade na prestação de serviços e responsabilidade social. Para tanto, o CRR/EL vem desenvolvendo as seguintes etapas:

- 1) elaboração compartilhada do seu projeto a partir da reestruturação de todos os programas comunitários em andamento;

- 2) treinamento teórico-prático específico, que gerou a definição do desenho da proposta do CRR/EL;
- 3) implantação do primeiro CRR/EL como parte do treinamento em serviço;
- 4) sedimentação do primeiro CRR/EL e implantação dos oito pólos seguintes.

O projeto do CRR/EL foi estruturado a partir do entendimento de "centros de referência", não como meros espaços de localização de desenvolvimento de ações dos projetos, mas na perspectiva de consolidação de pólos aglutinadores e irradiadores de trabalhos comunitários de esporte e lazer, atuantes como referência político-pedagógica de atividades que:

- 1) estimulem o hábito de práticas de atividades de esporte e lazer críticas e criativas, conscientes da riqueza da sua diversidade cultural e importância para a formação social e pessoal de seus praticantes, para sua saúde, para a consolidação da cidadania e melhoria da qualidade de vida;
- 2) estimulem trocas de experiências e debates sobre possibilidades e limites colocados à concretização das atividades de esporte e lazer

na realidade objetiva e na prática cultural das comunidades;

- 3) qualifiquem lideranças comunitárias diversas para lerem a realidade e, a partir daí, buscarem alternativas que possam superar os limites impostos às possibilidades das práticas de esporte e lazer, mobilizando e orientando sujeitos e grupos, organizando e animando o tempo e os espaços disponíveis para essas vivências, recriando relações de familiaridade entre as pessoas do lugar, entre os sujeitos de todas as idades e vários tipos de habilidades e deficiências, familiaridade de todos com o espaço lugar e a história vivida;
- 4) realizem projetos interdisciplinares e descentralizados, co-gestados pelo Poder Público e com as comunidades, estreitando parcerias entre os programas da SMES-PBH, de outros setores da municipalidade e de instituições não-governamentais.

À medida que o desenho desse programa destacou a importância da transformação social, tendo em vista a autonomia das camadas populares no seu fazer esportivo/lúdico, ele impõe a necessidade de qualificação das relações entre governo, enquanto educador social, e população, ou seja, entre técnicos da SMES-PBH

com as comunidades e a relação delas com toda sociedade.

Entendemos que qualquer concepção de educação inscrita na prática dos sujeitos revela-os como educadores/educandos, e que o caráter da prática educativa é definido pela forma de apropriação do poder estabelecido pelos educadores sociais e os grupos populares.

A proposta educativa na qual acreditamos é aquela em que as camadas populares definem seus interesses, e o poder popular se exerce na prática educativa. Esse encaminhamento exige de nós, educadores sociais, uma postura antidogmática, aberta a outros ouvidos, discursos e verdades.

Essa abertura leva em conta as limitações do saber do educador, bem como seu desconhecimento sobre o saber popular nos seus vários níveis – religioso, intelectual, afetivo, esportivo e lúdico, de modo geral. Leva em conta, ainda, o fato de o saber dominante nem sempre perpassar o saber popular tanto como o saber do próprio educador.

O educador social precisa ler, no saber popular, a importância das relações das resistências ao poder dominante, para a efetivação dos projetos transformadores da realidade.

E aqui encontramos outro grande desafio: como participar da organização do saber popular em um programa de ação governamental?

Reconhecemos a necessidade de um conhecimento mais organizado das lutas populares, mas seria equivoco, em seguida, substituímos essas lutas por “pacotes de saber e/ou de fazer”.

Há descobertas aí. Referimo-nos ao gostoso que é desvendar e equacionar as relações entre população e Poder Público. Esse desvendar quer dizer conquistar o aprender, que, para nós, é o começo do conhecer pelas relações lúdicas.

Por isso, não podemos nos esquecer de que uma proposta de educação para a autonomia das comunidades não pode estar centrada na mera transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, na criação de espaços nos quais o saber popular possa se manifestar. A transmissão de conhecimento acontecerá de parte a parte, à medida que se manifestar o desejo de um conhecer algo do domínio do outro.

Em outra perspectiva, como campo de buscas de melhorias na maestria pessoal e profissional dos nossos técnicos, estamos investindo no treinamento em serviço voltado especialmente para o *desenvolvimen-*

to de algumas competências específicas e para a realização do diagnóstico inicial necessário à implantação do primeiro CRR/EL, conforme alguns indicativos importantes que extraímos das nossas leituras sobre o universo referencial da situação em que o programa pretende atuar.

O trabalho socioeducativo proposto pelo CRR/EL vem exigindo a melhoria da nossa *mestria pessoal e profissional* para:

- 1) ver, ler e dialogar com as pessoas e a realidade, compreendendo os sentidos do que acontece, considerando a sua perspectiva e a do outro, lidando com a diversidade de formas de linguagens, formas de expressão de idéias, sentimentos, valores e conceitos;
- 2) monitorar-nos, o tempo todo, buscando ler a nós mesmos nas nossas relações com os outros, colocando-nos diante da situação como cidadãos e servidores públicos;
- 3) lidar com valores, vivenciá-los, conversar de maneira direta sobre conflitos e tomadas de decisões que implicam valores diversos;
- 4) confiar e inspirar confiança, sendo éticos e sinceros em todas as ocasiões, honestos, nós mesmos

e com os outros, otimistas, perseverantes e amigos, envolvendo-nos com prazer naquilo que fazemos;

- 5) desafiar sempre, participando da definição e realização das metas e dos objetivos, estimulando propostas ousadas e, ao mesmo tempo realistas, lógicas e criativas, valorizando idéias do grupo e respostas coletivas, superando circunstâncias e modos de pensar que limitam, buscando, cada vez mais, qualidades nas relações intra e interpessoais e com o meio.

Finalmente, a implantação do primeiro CRR/EL, que se encontra na fase de sedimentação no bairro Santa Maria, busca, por meio de realização de diagnóstico e treinamento participativos, gerar informações necessárias à identificação de problemas e necessidades básicas enfrentadas pelo grupo comunitário nas suas realizações de esporte e lazer. Nessa investigação inicial, temos em vista que as necessidades podem ser de dois tipos: as sentidas pelo grupo comunitário, e que podem corresponder a problemas reais e não reais, e as necessidades não sentidas, mas reais.

Assim, desde 1997, avançamos mais alguns importantes passos na concretização dessa proposta, que cada dia ganha mais espaço e ade-

sões. Em 1998, esperamos implantar outros CRR/EL na cidade, demanda que já nos chega e revela o crescente interesse das comunidades em partilhar conosco o plantio dessa proposta.

Da congestão à co-gestão

Ainda que este estudo não seja suficiente para concluirmos a respeito da pertinência dos argumentos sobre a democratização do Estado ante as “pressões” da sociedade civil, os dados analisados sobre a experiência do CRR/EL em Belo Horizonte desvelam que uma política participativa de Esporte e Lazer coloca o cidadão no centro e na razão direta das atividades, aumenta o grau de consciência da população em geral sobre seu papel na construção das políticas públicas, dentro de uma concepção moderna de bem-estar – valor supremo e direito dos cidadãos. A participação surge como consolidação da emancipação, contrapondo-se, nas políticas públicas, às práticas paternalistas da relação entre sociedade civil e Estado.

Entretanto, os estudos analisados mostram que, em nosso meio, a análise da relação em questão, no presente estudo, tem se pautado por argumentos controversos sobre o papel

dos movimentos sociais no contexto do Estado, oscilando entre a ênfase no seu caráter político, como agente de transformação, e a explicitação de suas limitações políticas.

O fato é que muitos grupos sociais desenvolvem e vêm desenvolvendo, independentemente, estratégias similares para o desenvolvimento sustentável. Essas experiências apresentam um elemento comum: indivíduos e organizações locais são capazes de iniciar e manter o desenvolvimento de sua própria comunidade.

Nosso grande desafio é buscar melhor a articulação entre essas iniciativas no nível local e as mudanças no nível de sistema. Uma estratégia para se adquirir a sustentação dos esforços de desenvolvimento deveria ser a educação de lideranças capazes de agir em nível local/micro, mas também em nível macro. No nível micro é mister garantir a participação total dos membros da comunidade no processo de desenvolvimento. No nível macro é necessário participar do desenvolvimento de políticas públicas que mudem os sistemas e criem um meio-ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável da comunidade.

Acredito que o trabalho de educação de comunidades como forma autônoma de participação popular é um caminho que vale a pena conti-

nuar a explorar com entusiasmo e a aperfeiçoar com as lições da experiência, do mesmo modo que acredito que o Terceiro Setor é o caminho para uma ação social conseqüente e eficaz. Não os considero corretos pelo simples fato de que aliviariam a tarefa do governo, retirando de seus ombros uma parcela de sua responsabilidade. Não se trata disso. São, sobretudo, práticas políticas de gestão entre cidadão e governo na construção da utopia democrática.

A participação popular, fundamento da governabilidade, não é consentimento, gentileza, aceitação. Deve ser estimulada, avançando para a criação de Agentes de Mobilização Social, o que significa fazer uma revolução cultural...

Célio de Castro

Prefeito de Belo Horizonte

Notas

- 1 KOTLER & ROBERTO, 1992.
- 2 Em JACOBI (1993), as idéias aqui expostas podem ser aprofundadas.
- 3 *Ibidem* p. 13.
- 4 *O Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da*

filantropia e do mercenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES, 1997, p.27.).

- 5 CARDOSO, 1997, p. 8.
- 6 LINHALES, 1997, p. 229.
- 7 Em seus estudos, CAVALLEIRO e SALGAGO (1996) levantam várias demandas cotidianas freqüentes na cidade de Diadema.
- 8 ZINGONI & PINTO, 1997.
- 9 BRASIL, 1988.
- 10 PINTO & ZINGONI, 1997.
- 11 Os dados apresentados sobre o CRR/EL foram extraídos de ZINGONI & PINTO (1997).
- 12 FREIRE & NOGUEIRA, 1991, p. 25.
- 13 PINTO, 1996, p.96.

Referências bibliográficas

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Tecnoprint, 1988.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas Campos (Org.). *Psicologia social comunitária; da solidariedade à autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- CARDOSO, Ruth. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *3º Setor; desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 7-12.

- CAVALLEIRO, Maria Cristina & SALGADO, Marlene. Diadema; direitos que vamos construindo. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Políticas públicas setoriais de lazer, o papel das prefeituras*. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 101-116.
- DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- FERNANDES, Rubem César. O que é Terceiro Setor? In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *3º Setor; desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 25 – 34.
- FREIRE, Paulo & NOGUEIRA, Adriano. 4. ed. *Que fazer; teoria e prática em educação popular*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- JACOBI, Pedro. *Movimentos sociais e políticas públicas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- KOTLER, Philip & ROBERTO, Eduardo L. *Marketing social; estratégias para alterar o comportamento público*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- LINHARES, Meily Assbu. *Políticas públicas para o esporte no Brasil; interesses e necessidades*. In: SOUSA, Eustáquia Salvadora de & VAGO, Tarcísio Mauro (Org.). *Trilhas e partilhas; Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Belo Horizonte: Cultura, 1997. p. 223-233.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Sentidos do jogo na Educação Física escolar. In: *Motrivivência*, n. 9, a. 8, dez. 1996.
- _____ & ZINGONI, Patrícia. Centros de Referência Regionalizados de Esporte e Lazer; proposta política da Secretaria Municipal da Prefeitura de Belo Horizonte. *Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/CONBRACE*, 10, 1997, Goiânia. *Anais...* Goiânia: CBCE, 1997. p. 352-358.
- ZINGONI, Patrícia & PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Centros de Referência Regionalizados de Esporte e Lazer; um passo a mais para a sua concretização. In: *Encontro Nacional de Recreação e Lazer/ENAREL*, 9, 1997, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/PBH, 1997. p. 746-754